

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalmi, 1.065, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina – IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, relatar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de junho/2014, também distribuição dos Relatórios de Investimentos de junho/2014, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência junho/2014, bem como decidir sobre as aplicações dos recursos provenientes dos resgates mensais dos FIDC 360 E FIDC 540 do Banco Cruzeiro do Sul S/A, quando creditado pelos seus gestores e demonstrados em C/C e mais uma vez relatar necessidade apresentação de Certificação CPA-10 pelos membros do Comitê de Investimentos.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros: Ellen Sandra Ruza Polisei, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva, Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo, Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Célia Maria Bassi. Iniciando a reunião foi comentado segundo analistas do mercado financeiro que no primeiro semestre de 2014, os mercados foram marcados mais por fatores técnicos e eventos, do que propriamente por fundamentos. A crise entre Rússia e Ucrânia, a redução do ritmo do programa de recompra de títulos ("quantitative easing") pelo Banco Central norte-americano, o anúncio de medidas para estimular a economia na Zona do Euro e a desaceleração da economia chinesa marcaram o cenário externo. No mercado doméstico, a perspectiva (e posterior confirmação) de rebaixamento da nota de crédito do país pela Standard & Poor's e as indefinições no cenário político, com o mercado se movendo a cada pesquisa eleitoral anunciada, foram o centro das atenções. A tônica do primeiro semestre foi um mercado muito indefinido, com volatilidade alta e comportamento muito mais atrelado ao fluxo de recursos externos e a tendência é continuar assim. No mercado de renda fixa, a discussão acerca da sustentação do cenário econômico-financeiro, que tem mantido a valorização dos ativos no mercado doméstico, vem levantando suposições a respeito da duração desse processo e dos riscos de reversão desse panorama no segundo semestre. O movimento da taxa de câmbio ao longo deste primeiro semestre tem colaborado para um cenário de menor volatilidade no mercado de renda fixa e, até para a valorização dos ativos. O entendimento de que a taxa real de juros que corrigem os títulos públicos estão altas tem atraído investimentos estrangeiros, com movimentos importantes sobre os preços dos ativos e o mercado de câmbio. O real mais valorizado, por sua vez, indica menor pressão sobre os preços e natural diminuição do risco de inflação, o que nutre perspectivas de estabilidade para a taxa básica de juros e favorece a trajetória de alta do retorno dos títulos públicos. No início do mês de junho, as medidas divulgadas para o mercado de câmbio – ampliação dos swaps cambiais do Banco Central e diminuição do prazo para captação externa com isenção de IOF – apontaram o propósito do Governo em conservar a oferta de dólares no mercado brasileiro. Na ocasião do anúncio, havia desconfianças dos agentes do mercado financeiro quanto ao prosseguimento da estratégia de atuação

do Banco Central no segmento, o que se resultou em um comportamento volátil dos indicadores de renda fixa no período. Com relação à inflação no Brasil, a valorização da taxa de câmbio e o pífio crescimento da economia brasileira já repercutem nos índices de preços e estimativas, o que favoreceu para a decisão do Copom – Comitê de Política Monetária, de suspender o processo de aperto monetário com a manutenção da Taxa Selic na reunião de maio. O Relatório de Mercado – Focus da última semana de junho manteve a estimativa dos analistas das instituições financeiras para o IPCA de junho em 0,33%. A divulgação do IGP-M para esse mesmo mês apontou deflação 0,74% contra uma estimativa do mercado financeiro de 0,48% - o que reforça o viés de baixa da inflação para o período. Cabe destacar que a redução das expectativas em relação a inflação de curto prazo não foi suficiente para suavizar as projeções para a inflação de 2014. O último Relatório de Mercado - Focus, de 27/6, manteve a estimativa para o IPCA de 2014 em 6,46%. Os títulos atrelados ao IPCA (NTN-B) vêm mantendo uma valorização significativa no ano de 2014, potencializada pela maior "duration" desses papéis. As NTN-B's com prazos superiores a cinco anos, expressas pelo IMAB 5+, apresentaram retorno de -0,64% ante retorno de 6,19% em maio, acumulando no ano valorização de 11,16%. O desempenho da NTN-B 2050, com prazo de vencimento mais longo, merece ser destacado entre os demais títulos indexados. No mercado primário, esse título tem sido negociado com taxas declinantes ao longo de 2014. No leilão realizado em 03/06, o Tesouro Federal colocou um lote de 250 mil títulos à uma taxa de 6,16%, ante 6,24% do negócio realizado em maio. Em abril, a taxa média de negociação no leilão havia ficado em 6,63%, quase 50 pontos percentuais acima do resultado registrado em junho. Apesar de um resultado mais fraco em junho, o destaque do semestre ficou com os títulos atrelados à inflação (as NTN-B's), que levaram o IMA-B, que reflete o desempenho médio desses papéis, a acumular retorno de 9,52% no ano. Embora tenham recuado em junho, as NTN-B's mais longas seguem como destaque em 2014. Enquanto o título com vencimento em 2035 apresentou rentabilidade de 10,41% no semestre, o de 2045 apresentou valorização de 11,13% e o de 2050, de 11,26%. O cenário do mercado de renda fixa para o segundo semestre continua desafiador para os investidores face às incertezas que advêm do front externo, principalmente no que se refere à condução da política monetária norte americana, e da conjuntura doméstica, em função do calendário político após a Copa do Mundo. Em todo o caso, o apetite por risco do investidor estrangeiro, que surpreendeu os agentes domésticos no primeiro semestre, será o fator decisivo para a trajetória dos preços dos ativos neste período. No segmento de renda variável, os movimentos dos indicadores foram sensibilizados pelo maior, ou menor, fluxo de capital estrangeiro direcionado ao País. Porém, a partir de abril, as rodas dos investidores mantiveram-se focadas nos resultados das sucessivas pesquisas de intenção de voto para Presidente e de avaliação do governo, que passaram a serem divulgadas quase que semanalmente. De modo geral, a queda da popularidade e insatisfação com o governo da Presidente Dilma Rousseff provocou um maior crescimento da oposição nas pesquisas. O mercado passou a acreditar no final de um período severamente intervencionista nas empresas controladas pelo Estado, reagindo com otimismo a essa possibilidade. E os índices da bolsa de valores iniciaram um período de recuperação. Ainda assim, nenhum indicador do segmento anotou retornos acima da inflação entre janeiro e junho. O Ibovespa voltou a subir em junho 3,76% para 53.168 pontos e registrou retorno positivo de 3,22% no primeiro semestre de 2014 - o índice Bovespa não encerrava um primeiro semestre com retorno positivo desde 2009. O momento é de

estimativas infladas em vários mercados, o que deve elevar a volatilidade de forma geral – especialmente à medida que o programa de estímulo do governo norte-americano (quantitative easing) vai chegando ao fim e aumenta a atenção com o futuro das taxas de juros dos EUA. O panorama atual revela que os mercados estão mais vulneráveis à volatilidade, à medida que o olhar dos investidores passa do fim do programa de estímulo norte-americano para apreensões com o momento e a dimensão de futuros aumentos nas taxas de juros nos EUA. Do lado doméstico, a equipe econômica do governo não dá sinais de mudança na condução da política monetária. As apostas estão concentradas no recuo dos indicadores inflacionários, que respondem com certa defasagem de tempo aos movimentos recentes da autoridade monetária. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de junho/2014** aos membros do Comitê. Foi apresentado e distribuído a cada membro o **Relatório Mensal dos Investimentos referente ao mês de junho/2014, onde verificou-se que foram observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.922/2010**, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, podendo-se confirmar que os investimentos do IPRESA estão todos enquadrados na legislação pertinente e o mesmo foi aprovado pelos membros. Em seguida, **segundo o que mostra o cenário econômico** houve unanimidade entre os membros em continuar com a estratégia de assumir um pouco mais de risco na renda fixa, aplicando os recursos novos no IMA-B. Com isso, os recursos oriundos do **recolhimento previdenciário da competência junho/2014**, descontadas as despesas administrativas e despesas com a folha de pagamento do mês de junho de 2014 e o pagamento dos **resgates mensais dos FIDC 360 E FIDC 540 do Banco Cruzeiro do Sul S/A, a serem creditados na conta corrente do IPRESA nos próximos dias, deverão ser aplicados no SANTANDER FIC FI IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LP, visando assumir um pouco mais de risco no segmento de renda fixa, uma vez que a “duration” dos papéis que compõem o Fundo estão potencializadas pelo atual comportamento do mercado financeiro.** Dando continuidade foi novamente passado aos membros do Comitê de Investimentos a necessidade de apresentação de Certificação CPA-10, uma vez a maioria dos membros do Comitê deverão apresentar-se devidamente certificados, em conformidade com as exigências contidas no *Art. 3-A, parágrafo primeiro, alínea “e” da Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013*. Analisando a questão, foi concluído e relatado que até a presente data nenhum membro do Comitê conseguiu obter a Certificação CPA-10 e que será necessário alterar a composição do Comitê de Investimentos, haja vista que a Portaria 440, de 09 de outubro de 2013, exigiu que até 31 de julho de 2014, a maioria dos membros do Comitê Investimentos esteja certificada. Diante da necessidade de cumprimento da legislação ficou decidido por unanimidade de votos promover a contratação de empresa especializada para realizar as adequações necessárias, uma vez que o IPRESA não possui assessoria jurídica e posteriormente encaminhar tais adequações ao Poder Executivo Municipal para análise. Continuando ficou definido que a próxima reunião do **Comitê se dará em 07 de agosto de 2014, às 13h30min**. Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 10 de julho de 2014.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS:

Ellen Sandra Ruza Polisele:

Osmar Games Martins:

Silmara Porto Penariol:

Carlos César de Oliveira:

Sebastião Batista da Silva:

Sônia Aparecida Fiorilli:

Isvaldir Lopes Veigas:

Izuméria Aparecida da Costa Prajo:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim:

Rosângela Marisa Tezzon:

Célia Maria Bassi: